

Paisagem, território e patrimônio entre ruínas e resistências **Desafios contemporâneos da cidade de Alcântara, Maranhão**

SESSÃO TEMÁTICA: ET4: Dimensão histórica e patrimonial do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

Carolina Maria de Araujo Martins Silva
Universidade Estadual do Maranhão
carolinasilva@professor.uema.br

Nadia Freitas Rodrigues
Universidade Estadual do Maranhão
nadiarodrigues@arquitetura.uema.br

RESUMO

A paisagem de Alcântara, cidade litorânea do Maranhão, decorre de um território singular que reúne patrimônio histórico classificado pelo IPHAN, a maior comunidade quilombola do Brasil e o Centro de Lançamento de Alcântara, um dos principais empreendimentos aeroespaciais do país. Essa convergência de valores culturais, ambientais e tecnológicos produz um cenário complexo, no qual o elevado potencial estratégico convive com limitações estruturais, especialmente a precariedade da infraestrutura de mobilidade com impacto em escalas local, estadual e nacional. O conjunto histórico, embora de grande representatividade arquitetônica e paisagística, encontra-se marcado por estagnação física e abandono, resultado de políticas de conservação descontínuas e do congelamento de formas e gestão urbanas que dificultam dinâmicas de uso e apropriação. A pesquisa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental, observação *in loco* e leitura crítica da paisagem, reafirma que o estado de ruína, a ausência de conservação preventiva e a deficiência de infraestrutura de mobilidade, sobretudo marítima, que agrava o isolamento e limita oportunidades de desenvolvimento, são fatores estruturantes da vulnerabilidade patrimonial e urbana. Recomenda-se, portanto, reestruturação da governança e elaboração de plano estratégico integrado, orientado pela escala humana e pela reavaliação das potencialidades territoriais, de modo a conciliar preservação e desenvolvimento socioeconômico.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; Patrimônio; Planejamento integrado.

ABSTRACT

The landscape of Alcântara, a coastal city in the state of Maranhão, results from a unique territory that brings together IPHAN, listed historic heritage, the largest quilombola community in Brazil, and the Alcântara Launch Center, one of the country's main aerospace facilities. This convergence of cultural, environmental, and technological values produces a complex setting in which high strategic potential coexists with structural constraints, particularly the precarious mobility infrastructure that affects local, state, and national scales. The historic ensemble, although highly representative in architectural and landscape terms, is marked by physical stagnation and abandonment, resulting from discontinuous conservation policies and the freezing of urban forms and management models that hinder contemporary dynamics of use and appropriation. The research, based on a literature review, documentary analysis, on-site observation, and critical landscape reading, reaffirms that the state of ruin, the absence of preventive conservation, and deficiencies in mobility infrastructure, especially maritime transport, which intensifies isolation and limits development opportunities are key factors underpinning the city's urban and heritage vulnerability. It is therefore recommended that governance structures be reorganized and that an integrated strategic plan be developed, guided by the human scale and by a reassessment of the territory's potential, in order to reconcile preservation with socioeconomic development.

KEYWORDS: Landscape; Heritage; Integrated Planning.

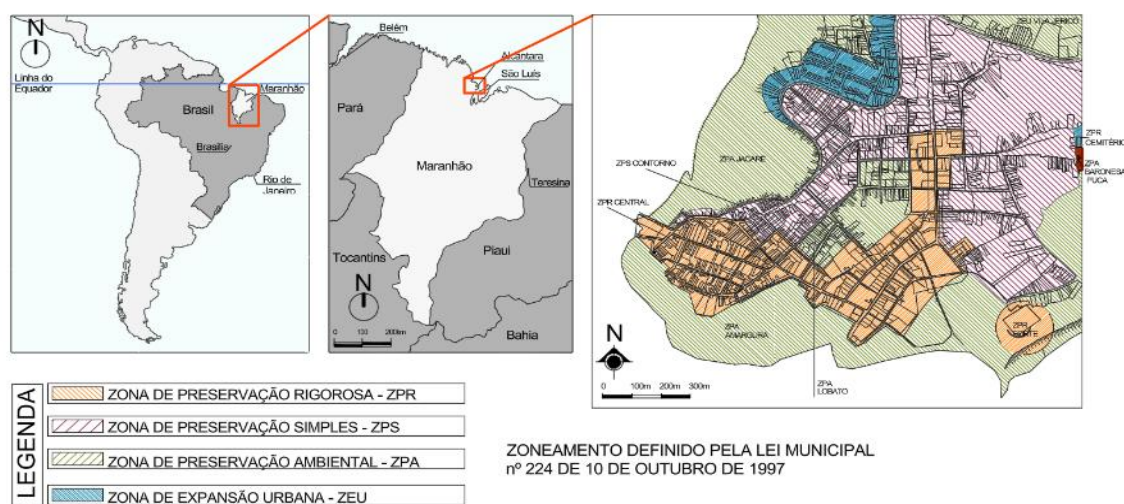
1 INTRODUÇÃO

Entre ruínas e resistências, a cidade de Alcântara no Maranhão configura um cenário desafiador que exige atenção para o planejamento integrado com particularidades de escala humana e territorial. Classificada pelo IPHAN em 1948 por sua paisagem urbana preservar traços significativos da organização espacial colonial portuguesa do século XVIII, a sua forma preservada é indissociável da sua história de “espera” e “abandono”. A sua primeira grande espera foi para receber o então imperador do Brasil. Seu abandono começa pelos senhores latifundiários quando da abolição da escravidão em conjunto com a descoberta de terras mais férteis em outras margens de rios do Maranhão. Fato que gera ocupação territorial pelos recém libertos, vindos para as lavouras de algodão e açúcar.

Sequências de fatos históricos marcantes e sua localização geográfica moldaram a dinâmica local e um território que conta com um tecido urbano composto por arquitetura colonial e ruínas, tombadas como meio de proteção de uma perda ainda maior. Embora lembre um cenário pitoresco, atualmente ainda revela o aspecto de abandono, vulnerabilidade, memória e resistência.

Conhecer a história desta cidade torna-se essencial para identificar sua trajetória e assim fundamentar as opções estratégicas de desenvolvimento. A cidade de Alcântara localiza-se no continente, de frente para a ilha de São Luís (figura 1). Inicialmente consistia em um antigo aglomerado de aldeias indígenas denominado Tapuitapera, que não reflete na configuração atual, elevado à categoria de vila em 1648, com o nome de Santo Antônio de Alcântara, sendo umas das cidades mais antigas do Maranhão. Posteriormente, em 1836 é elevada à categoria de cidade de Alcântara (VIVEIROS, 1999).

Figura 1: Localização da cidade de Alcântara e ilustração representativa da malha urbana, dimensão urbana e zoneamento



Fonte: Autoras, 2025, com base no Google Maps e na Lei Municipal 224 de 10 de outubro de 1997 de Alcântara.

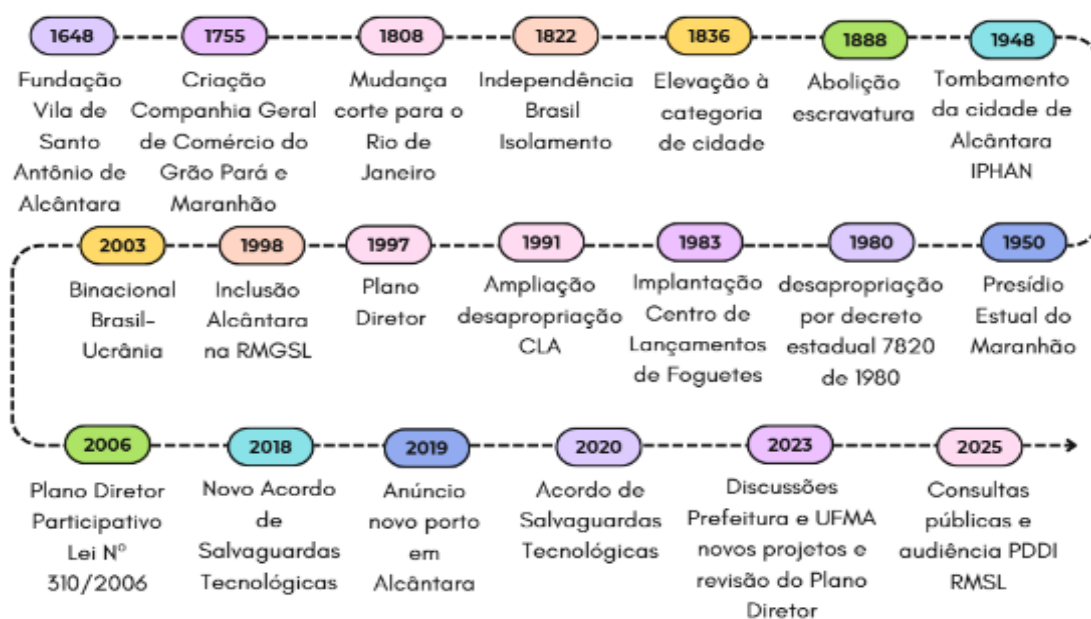
A região viveu seu momento de apogeu com a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão - CCGPM (1755-1778), privilegiada pela sua localização estratégica de porta de entrada para as terras produtivas. A cidade se desenvolveu a

partir dos princípios da primitiva concepção de vilas e cidades coloniais portuguesas e sua relação com as frentes de água, onde começa espontaneamente, mas busca uma certa regularidade, com linhas gerais de crescimento sendo adaptadas à topografia e seguindo o divisor de águas, com a clara separação da cidade alta e cidade baixa, mais defensável e com seu conjunto arquitetônico e urbanístico (SILVA, 2006:5). Hoje, núcleo classificado, de configuração homogênea. Quando da sua classificação como conjunto arquitetônico e urbanístico (IPHAN, 1948) a área delimitada para proteção federal consistia em todo o limite construído da cidade, o qual já apresentava extensas áreas em ruína, como a Rua da Amargura e a Igreja Matriz.

O auge econômico da cidade de Alcântara foi durante o período de 1810 a 1860, impulsionada pelas casas de veraneio e pela posição estratégica para entrada das monoculturas que foram desenvolvidas durante a ação da CCGPM (VIVEIROS, 1954). Com a abolição da escravidão, a cidade entrou em rápida estagnação: muitos sobrados foram abandonados, diversas edificações em construção permaneceram inacabadas e a antiga Rua Bela Vista, então marcada pelos casarões mais imponentes deteriorou-se, passando a ser conhecida como Rua da Amargura (VIVEIROS, 1999:102).

Essa mesma localização era originalmente estratégica numa visão de colônia e formas de transporte existente, com portos fechados e acesso direto à Metrópole com correntes marítimas favoráveis. Tal posição perde importância com alteração dos seguintes cenários: a) O internacional - com a chegada da corte ao Rio de Janeiro (1808) e abertura dos portos às nações amigas; b) O nacional - o isolamento territorial torna-se agora uma desvantagem, onde o acesso à então capital da Metrópole, o Rio de Janeiro, passa a ser dificultada pelas correntes marítimas desfavoráveis; c) O regional - o deslocamento econômico para as novas lavouras junto dos vales de rios e principalmente com o incremento da navegação a vapor retiraram Alcântara do seu apogeu.

Figura 2: *Timeline* principais acontecimentos na cidade de Alcântara



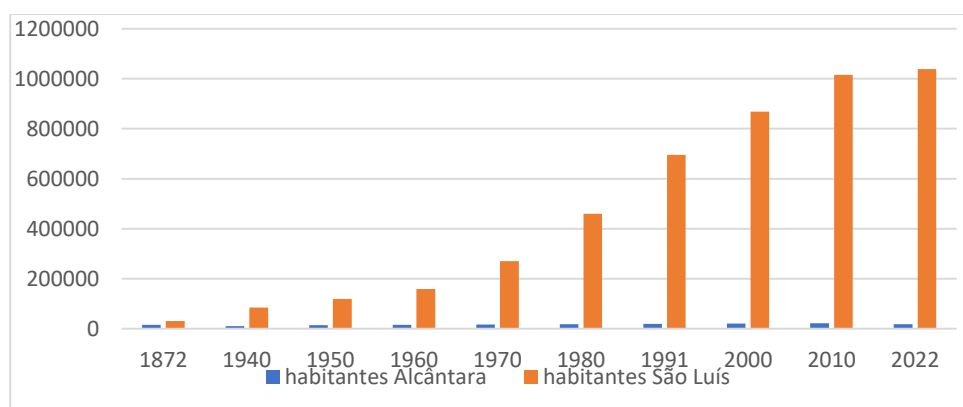
Fonte: Autoras, 2025

Este artigo surge assim, numa mistura de nostalgia, onde o objeto de estudo foi alvo de dissertação de mestrado de uma das autoras em 2004 e de recente e inquietante visita das autoras à cidade para discussões sobre o seu desenvolvimento perante a atualização de dados para o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de São Luís, doravante PDDI RMGSL, a qual Alcântara faz parte desde 1998. Nesse processo de investigação, com participação de escuta ativa em audiência pública, foi possível reafirmar as dores da população em aspectos gerais sobre o território. Sendo que, na referida visita realizada em princípios de dezembro de 2025, foi constatado que problemas identificados em 2004 não apenas permanecem, como se intensificaram. Cabe ressaltar que é em Alcântara que ocorre a maioria dos conflitos socioterritoriais da região metropolitana de São Luís segundo o diagnóstico de atualização de dados do plano metropolitano mencionado.

Atualmente, a precariedade da mobilidade e acessibilidade, especialmente a marítima, com embarcações inseguras e ausência de infraestrutura adequada, constitui um dos principais entraves para a economia local e para o turismo cultural. Somam-se a isso o abandono sistemático de edificações históricas, a ausência de políticas contínuas de conservação, conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais e os interesses estratégicos externos, como os relacionados à Base Aeroespacial de Alcântara.

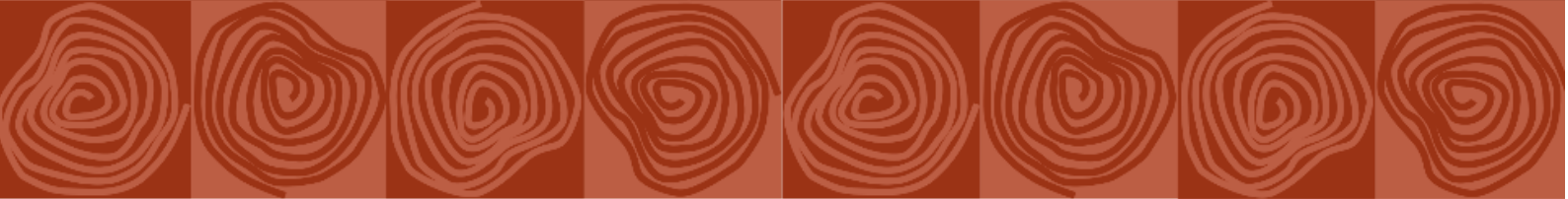
Outra questão relevante é que o processo de crescimento demográfico acelerado observado nas cidades brasileiras, incluindo São Luís, sobretudo a partir da década de 1970, não se verifica em Alcântara. Mesmo com a implantação do Centro de Lançamentos de Foguetes, o município apresentou perda populacional após esse período, no último Censo demográfico. Enquanto São Luís passou de 119 mil habitantes em 1950, para cerca de 1 milhão e 37 mil de habitantes no Censo de 2022, Alcântara seguiu de 14 mil para 18 mil em 1950 e 2022 respectivamente (Gráfico 1). Ainda assim, a lógica de expansão urbana por espraiamento, típica de São Luís, também se manifesta em Alcântara, porém com densidades muito baixas e ocupação de áreas sensíveis do ponto de vista ambiental.

Gráfico 1: Comparação da evolução da população nas cidades de São Luís e Alcântara



Fonte: Autoras, 2025, com base nos dados do Censo do IBGE.

Neste contexto, a gestão da paisagem histórica é marcada por contradições: ao mesmo tempo em que se valoriza a imagem estética das ruínas e do conjunto colonial, há uma ausência de estratégias de manutenção, proteção social e integração com a vida cotidiana das comunidades. Cita-se, como exemplo, a própria inserção do presídio estadual em plena Praça da Matriz apenas 2 anos após a cidade ser tombada. Busca-



se assim, apreciar a paisagem histórica de Alcântara à luz da dimensão patrimonial, discutindo como abandono, ruínas, falta de infraestrutura para acessibilidade mobilidade e políticas desconectadas da população moldam e distorcem a paisagem, comprometendo sua integridade e seu potencial de desenvolvimento sustentável e quais seriam suas oportunidades de crescimento.

1.1 Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar como os processos históricos, patrimoniais e socioespaciais moldaram a paisagem cultural de Alcântara (MA), evidenciando os efeitos do abandono, a falta de acessibilidade e a fragmentação das políticas de preservação sobre a vivência cotidiana, a integridade urbana e o valor simbólico do sítio histórico.

Como objetivos secundários, tem-se a possibilidade de examinar a relação entre políticas de preservação, gestão da paisagem, planejamento urbano e inovação; de abordar as condições de acessibilidade e conectividade no centro histórico, considerando infraestrutura, mobilidade urbana, barreiras físicas, topografia e desigualdade no acesso aos serviços e espaços públicos; de pontar diretrizes para um modelo integrado de gestão da paisagem, considerando proteção do patrimônio, inclusão social, reativação de usos, qualificação de espaços públicos e estratégias de turismo cultural sustentável.

No que versa esse território complexo de Alcântara, esse artigo pretende contribuir para o debate sobre paisagens de conflito e patrimônio negligenciado, oferecendo subsídios para pensar políticas públicas mais integradas, inclusivas e sensíveis às múltiplas temporalidades que constituem a paisagem brasileira.

1.2 Procedimentos teórico-metodológicos

O artigo concentra-se no âmbito da área disciplinar do urbanismo, incidindo nas práticas do planejamento urbano relacionando patrimônio urbano, morfologia urbana e a paisagem. A pesquisa apoia-se em uma metodologia qualitativa, fundamentada com a revisão bibliográfica, análise documental de políticas públicas e diretrizes do IPHAN, observação *in loco*, incluindo registros fotográficos, caminhadas exploratórias e observação das condições de acessibilidade e mobilidade, e análise crítica da paisagem a partir de sua dimensão histórica, ambiental e social.

Essa triangulação permite compreender como elementos materiais (ruínas, edificações), infraestruturais (acessibilidade, mobilidade) e simbólicos (identidade, memória) se articulam para compor a paisagem atual de Alcântara.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Fadigas (2011), a intensificação da forma de uso e exploração do território e dos seus recursos resulta da conexão entre o desenvolvimento das relações econômicas e a inovação e evolução das tecnologias. Cita ainda a importância da prevenção e do controle de riscos ambientais, a gestão integrada e racional dos recursos e a

qualificação dos *habitats* humanos. Assim, considera que por meio do ordenamento do território e da paisagem pode-se elaborar instrumentos voltados para a sustentabilidade, que este autor afirma ser condição do progresso social. Como complemento, em escala humana, Gehl (2013) enfatiza a necessidade de fazer cidades para as pessoas, tendo em conta suas particularidades.

A cidade de Alcântara na atualidade representa especificidades territoriais e paisagísticas que exigem especial atenção quanto à gestão pública e políticas públicas. Sua configuração urbana e rural exige medidas de ordenamento que envolvem o equilíbrio entre dinâmicas e aspectos relacionados ao patrimônio edificado, comunidade quilombola e ao centro de lançamento de foguetes. Sua configuração geográfica exige investimento em infraestruturas para mobilidade local, intermunicipal e interestadual.

Quanto à paisagem histórica de Alcântara, esta dialoga com três eixos principais: paisagem como construção cultural; patrimônio e autenticidade; e, gestão da paisagem em contextos de vulnerabilidade. Abordar a concepção de paisagem histórica enquanto produto cultural é fundamental para conhecer Alcântara. Como um produto dinâmico, conforme Corboz (2004 [1983]), a cidade é um palimpsesto, com camadas de tempo que se sobrepõem e produzem significados diversos. Em Alcântara, são identificadas três camadas: colonial, imperial, contemporânea, que estão materializadas nas edificações e também nas ruínas. Assim revelam tanto a riqueza histórica quanto a ausência de políticas permanentes de preservação.

A relação entre paisagem e vulnerabilidade tem sido discutida por autores que tratam de patrimônio em risco, abandono urbano e injustiça espacial. Abandono, nesse sentido, não é apenas ausência de cuidado material, mas também expressão de políticas que priorizam projetos econômicos e geopolíticos em detrimento da população local. Cabe recordar que o patrimônio, enquanto campo teórico e político, segue o raciocínio abordado por Choay (2014 [1982]) como construção de valor que depende de reconhecimento social e institucional.

Sobre paisagem e patrimônio, cabe lembrar também de museificação territorial que Ruy & Almeida (2020) fazem considerações como a cristalização do objeto em nome da preservação de ordem simbólica e reflexo de movimento mundial vinculado ao desenvolvimento econômico como atrativo aos turistas que geralmente implica em exclusão dos usuários (moradores) com subtração do desenvolvimento da vida cotidiana para dar lugar aos turistas. Quanto a Alcântara, tem-se o processo descrito de espera e abandono que gera um conjunto arquitetônico classificado, mas que também necessita de incentivo para vitalidade e regeneração. Nesse aspecto, mais uma vez, faz-se referência à necessidade de plano estratégico próprio esta cidade que permita equilíbrio entre preservação, necessidades da vida contemporânea e inovação no modo de gestão como aliança para o desenvolvimento socioeconômico com ênfase para equiparação de oportunidades com pluralidade social e geração de empregos.

Para tanto, também deve-se recordar Zancheti & Lapa (2012) sobre questões referentes a Conservação Integrada (CI) e os processos de transformação da cidade ao mencionar que *"a relação dialética conservação/inovação torna-se o princípio do processo de intervenção no território em qualquer das suas dimensões ambientais"*. Isso exige compromissos acordados entre gestores públicos, população e investidores no qual a comunidade científica pode contribuir para esse posicionamento estratégico em conjunto e elaboração de instrumentos com soluções que garantam identidade local e processos participativos contínuos.

A abordagem holística, multissetorial da CI segue adiante, porém baseada na concepção de gestão, em que o controle da dinâmica de transformação da cidade é transferido do administrador de recursos para o gestor de interesses e conflitos intergrupais, ou inter

atores sociais. A ação racional sobre o espaço urbano passa a ser vista como a busca de pactos restritos entre atores para a realização de todos os tipos de ações sobre a cidade. Assim, a gestão é o modo de realização da estratégia geral de inovação/conservação e o plano estratégico é o instrumento de racionalização das ações/pactos, especialmente da ação pública. (ZANCHETI & LAPA, 2012:28)

Assim, para a realidade de Alcântara, é necessário envolver também a Reabilitação Urbana como item deste estudo por configurar como um processo integrado de intervenção em áreas consolidadas, voltado à recuperação das suas estruturas físicas, à valorização dos seus atributos culturais e ambientais e ao fortalecimento das dinâmicas sociais e econômicas que lhes dão vitalidade. Compreende-se que a reabilitação urbana é diferente de ações meramente restauradoras ou de renovação urbana, visto articular conservação patrimonial, qualificação do espaço público e promoção do uso socialmente inclusivo, buscando compatibilizar preservação histórica com as necessidades atuais da população.

Conforme a Carta de Lisboa (1995), alínea b) do Art.º 1, contida em Lopes (2004), reabilitação urbana é definida como estratégia de gestão urbana voltada para requalificar a cidade atual por meio de várias intervenções que priorizam e valorizam as potencialidades sociais, econômicas e funcionais com o propósito de melhorar a qualidade de vida das populações residentes. Nesse sentido, exige e envolve "*melhorias das condições físicas do lugar e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito.*"

No caso de Alcântara, enquanto centro histórico e sítio protegido, esse processo exige abordagens sensíveis ao valor cultural do tecido urbano, integrando instrumentos de planejamento, mecanismos de gestão e participação comunitária como forma de assegurar continuidade de uso e sustentabilidade das intervenções. Assim, a reabilitação urbana constitui um instrumento estratégico, onde o patrimônio edificado, a paisagem e o tecido social demandam ações coordenadas capazes de reverter a estagnação, reduzir vulnerabilidades e promover condições para um desenvolvimento territorial equilibrado e culturalmente enraizado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de reflexão teórica e análise contextual, discute-se a necessidade urgente de modelos de gestão que conciliem conservação histórica, justiça socioespacial, valorização cultural e inovação tecnológica. Nesse cenário, soluções para a mobilidade multimodal, estratégias de reabilitação urbana e inovação na gestão pública com destaque ao setor da pesca, da agricultura e do turismo responsável podem representar um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento integrado.

Acredita-se que é por meio de investimento e implementação de políticas públicas e estabelecimento de aliança entre vários atores da sociedade civil e da gestão pública que o cenário de estagnação pode ser revertido. Percebe-se a importância das ações e diálogos estabelecidas entre a gestão municipal alcantarensense e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA para a atualização do Plano Diretor Municipal, assim como os diálogos e pesquisas para atualização dos dados do PDDI RMGSL realizado por meio da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão e Universidade Estadual do Maranhão (FAPEAD/UEMA) em ação do Governo do Estado via da Agência Executiva Metropolitana (AGEM).

A inserção do meio acadêmico para as discussões de desenvolvimento territorial e gestão de cidades pode ser considerado como inovação em benefício do contexto

complexo de Alcântara ao considerarmos o conhecimento multidisciplinar voltado para o desenvolvimento e sustentabilidade urbana e rural.

Dessa forma, a partir de pesquisas e com base no diagnóstico do referido PDDI (2025) e do seu respectivo Plano de Mobilidade, destaca-se que é imprescindível o investimento no setor de infraestrutura para o transporte marítimo que conecta Alcântara de forma mais rápida à capital São Luís, na mesma medida que conecta a capital insular à parte oeste do Maranhão e ao norte do Brasil. Além disso, é imensa a necessidade de infraestrutura para novas ruas e estradas e toda fruição de espaços voltados para a mobilidade ativa dentro do município.

Ao longo desta pesquisa foram identificados os três eixos estruturantes, contudo, torna-se essencial fazer um pequeno apanhado das iniciativas de conservação do patrimônio e estratégias já desenvolvidas para a realidade local.

3.1 Regulamentação e Planos

A consolidação das políticas de salvaguarda em Alcântara e São Luís resultou de um processo gradual de reconhecimento do valor urbano e paisagístico de seus conjuntos históricos, logo após o seu tombamento em 1948. Em 1966, a missão do técnico Michel Parent, enviado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO, estabeleceu diretrizes para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, articulando conservação e desenvolvimento local. Parent (1966) refere no seu relatório transcrito em Leal (2008) o seguinte:

Pareceu-me, porém, que o principal trunfo do Maranhão não é São Luís, mas Alcântara, a cidade esquecida, a cidade adormecida, a dez minutos de avião e a uma hora de barco de São Luís, na baía de São Marcos, na embocadura do rio Mearim. (LEAL, 2008: 112)

Entre 1968 e 1970, a visita do arquiteto português Alfredo Viana de Lima reforçou essa compreensão ao destacar a dimensão urbana do patrimônio, contribuindo para ações concretas de preservação em São Luís (ANDRÉS, 2006:92).

No caso de Alcântara, o Ministério da Cultura instituiu o Grupo de Trabalho de Alcântara, em cooperação com o governo estadual e o município, pautado no princípio de manter consulta permanente com as lideranças locais. Esse processo culminou na 1ª Reunião Técnica de Alcântara (agosto de 1987), que reuniu especialistas internacionais, os consultores convidados: Dr. Udo Baumann (RFA), Dr. Jean Pierre Halévy (França) e Dr. Ramón Gutierrez (Argentina), e produziu o “Compromisso de Alcântara” (Figura 2), documento orientador para a preparação da cidade frente às transformações previstas.

Este texto antecede e fundamenta instrumentos normativos posteriores, como a Lei Municipal nº 224/1997, de proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico, onde define os seus limites, com divisão da área urbana em zonas, regula as condições de ocupação e uso do solo, de forma a orientar e estimular o desenvolvimento urbano, minimizando os conflitos das novas ocupações e as novas atividades sociais e econômicas, e o Decreto Estadual nº 11.901/1991, sobre áreas ambientais das reentrâncias maranhenses.

Apenas em 2006 é aprovado o Plano Municipal Participativo de Alcântara, Lei n.º 310/2006, enquanto instrumento normativo e orientado da política de planejamento e desenvolvimento territorial, ainda em vigor.

Outra iniciativa que teve um impacto positivo em Alcântara foi o Programa Monumenta (2006), executado pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a UNESCO, financiado com recursos do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizando intervenções importantes na cidade.

Figura 2: Registro da 1ª Reunião Técnica de Alcântara, que resultou no “Compromisso Alcântara” que apresenta 39 sugestões e recomendações para preparar a cidade e habitantes para as mudanças que estavam a ser iniciadas



Fonte: Informativo Grupo de Trabalho de Alcântara. Ministério da Cultura/ SPHAN/ Pró-memória; Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão Prefeitura de Alcântara. N.º 4 / setembro 1987. Disponível na Biblioteca Pública Benedito Leite

Outra iniciativa que teve um impacto positivo em Alcântara foi o Programa Monumenta (2006), executado pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em parceria com a UNESCO, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizando intervenções importantes na cidade.

Atualmente, Alcântara está em um cenário de diálogos para o desenvolvimento e atualização do Plano Diretor Municipal, assim como participação nas audiências do PDDI da Região Metropolitana da Grande São Luís, onde é evidente a fragilidade institucional. Ao mesmo tempo, tem-se instrumentos de proteção patrimonial extremamente rígidos, normativa ambiental pouco efetiva, ambos consolidados, mas com baixa efetividade operacional. Esta é verificada pela limitada capacidade de fiscalização e ausência de políticas de incentivo capazes de dinamizar a economia local.

No geral, observa-se descontinuidade nos programas, como o próprio Monumenta, insuficiência de incentivos fiscais e escassez de mecanismos de apoio técnico ou financeiros para a própria manutenção do patrimônio, além da evidente escassez de mão-de-obra técnico qualificada.

3.2 Paisagem como construção cultural: ruínas e elementos estruturantes

A paisagem não é apenas cenário, mas resultado de processos sociais, históricos e ambientais, em constante transformação. Fadigas (2011) considera que quando ocorre a transformação da paisagem, ela permanece para além de si, na memória de quem a habitou. Cita também que a “urbanização nem sempre leva a rupturas violentas nem a

descontinuidades culturais ou ao desaparecimento das referências antropológicas que ligam às populações às suas origens e aos territórios que ocupam”.

A paisagem de Alcântara apresenta as diversas camadas do tempo como todas as cidades, mas com uma rara combinação de traçado urbano setecentista, edificações em diferentes estados de conservação e grande presença de espaços vazios e ruínas que funcionam como testemunhos de ciclos econômicos interrompidos. Ruínas como a da Igreja Matriz de São Matias (Figura 3) ou do Convento do Carmo, solares sem cobertura e fachadas estáveis, mas sem uso, adicionam camadas de leitura ao território. Essa paisagem de lacunas e permanências constrói uma imagem singular, ao mesmo tempo poética e problemática.

Figura 3: Ruínas da Igreja Matriz



Fonte: Autora, 2025

Figura 4: Ruínas do Palácio do Barão de Pindaré



Fonte: Autora, 2025

Quando pensamos na paisagem urbana, a visão serial de Alcântara, conforme definida por Cullen (2010 [1971]: 19), se dá uma progressão de imagens pontuadas de ruínas, estas características da cidade e da sua imagem enquanto “abandonada” (Figuras 3 e 4), em um cenário de uma cidade que parou no tempo. As ruínas estão presentes ao longo de toda área tombada, mas a referida anteriormente Rua da Amargura, esta sim, é composta inteiramente por ruínas, que a cada dia que passa, vão sendo tomadas pela vegetação tropical.

Embora as ruínas possuam valor excepcional, simbólico e político, elas também são sintomas de abandono institucional. A desconexão entre os diferentes níveis de governo e a falta de estratégias de conservação preventiva contribuem para a acelerada deterioração de muitos imóveis. Em alguns casos, a ruína resulta de desabamentos recentes, demonstrando que a fragilidade é contínua.

Nesse sentido, retoma-se o apontamento sobre a importância da conservação quanto também sobre processos de “museificação” de centros históricos, compreendendo que deve haver integração entre patrimônio e as práticas contemporâneas para valorização e regeneração urbana onde o turismo responsável, a habitação e usos mistos no conjunto classificado pode ser considerado como possibilidade de impulsionar a economia local e maior valorização da cultura e identidade local.

3.3 Patrimônio e autenticidade

O patrimônio, enquanto campo teórico e político, é abordado por Choay (2014 [1982]) como construção de valor que depende de reconhecimento social e institucional. As diretrizes da UNESCO e do IPHAN sobre autenticidade, integridade e gestão de sítios históricos reforçam a importância de estratégias integradas, capazes de articular conservação, vida urbana e participação social. Quando essa articulação não ocorre, o

patrimônio torna-se vulnerável à deterioração física e simbólica, como a realidade local em Alcântara.

A autenticidade, conforme a Carta de Nara (1994) (LOPES, 2004) é entendida a partir do ideal de “veracidade do patrimônio”, de possuir um carácter genuíno, verdadeiro, que não se limita à consideração da forma e das estruturas originais, mas inclui todas as modificações subsequentes e adições, ao longo do tempo, as quais possuem um valor histórico e artístico (UNESCO, 1978 *in* LOPES, 2004), que representem a linguagem da arquitetura, mesmo em casos de reconstruções, que são aceitáveis existindo motivos sociais ou culturais excepcionais, relacionados com a própria identidade da comunidade local, conforme Carta de Cracóvia (2000) (LOPES, 2006).

A integridade está relacionada com o grau em que o bem cultural, em sua matéria e em sua dinâmica social, detém seus atributos característicos e os processos responsáveis pela atribuição de significados ao bem, ou seja, se estão presentes todos os elementos necessários para contar a história do local ou do bem.

A autenticidade da paisagem, segundo critérios do patrimônio cultural, permanece evidente. No entanto, a integridade encontra-se comprometida pela ausência de continuidade nas ações de restauração, pela perda de elementos construtivos e pela falta de gestão sistemática. A paisagem histórica está presente, mas vulnerável (Figuras 5 e 6).

Figura 5: Vista da Rua Miritituaia



Fonte: Autora, 2025

Figura 6: Vista do casario - Porto do Jacaré



Fonte: Autora, 2025

3.4 Gestão da paisagem e a dependência pelo investimento de infraestrutura para mobilidade e acessibilidade

A questão da mobilidade e acessibilidade é um dos elementos mais críticos no desenvolvimento territorial de Alcântara. A principal forma de acesso à cidade é a travessia marítima marcada por precariedade, irregularidade, insegurança e falta de infraestrutura adequada. Em alguns períodos do ano, os meses de ventos, inclusive, a navegação torna-se mais difícil, criando dificuldades para fixação do turismo, a economia local e o deslocamento dos próprios moradores (MARANHÃO, 2024).

A dificuldade de acesso impacta diretamente a conservação patrimonial. A ausência de fluxo constante de visitantes reduz a arrecadação e o incentivo para restauração; pequenos comerciantes são prejudicados; pesquisas e intervenções técnicas tornam-se mais complexas. Assim, a paisagem histórica sofre não apenas com abandono físico, mas com isolamento territorial.

Outra questão reclamada pela população durante o processo de escuta das audiências públicas do PDDI, foram relacionadas com a falta acessibilidade também na cidade pela escolha dos materiais e não possibilidade de troca por algo mais compatível com o acesso de pessoas com alguma dificuldade de locomoção (Figuras 7 e 8) (MARANHÃO, 2024).

A negligência do patrimônio e a precariedade da infraestrutura urbana produzem uma paisagem excludente e isolada. As comunidades quilombolas da região, fundamentais para a memória cultural de Alcântara, enfrentam restrições territoriais e pouco são incorporadas nos processos de decisão. Assim, a paisagem histórica, embora celebrada esteticamente, não se traduz em melhoria de vida para seus habitantes.

Em escala macro, a cidade, que possui um potencial riquíssimo para o turismo, para desenvolvimento tecnológico, para o desenvolvimento das atividades das comunidades quilombolas e para o desenvolvimento econômico do Maranhão e do país por meio da implementação de porto multimodal, vive e sobrevive à espera de mudança de cenário precário para referência de desenvolvimento socioeconômico. Onde resistir significa também um ato de reconhecer o existir e o potencial de uma das cidades mais antigas e de destaque na história do Maranhão e da colonização portuguesa.

Figura 7: Registro das características das vias e calçadas



Fonte: Autora, 2025

Figura 8: Estado das ruas secundárias na área classificada



Fonte: Autora, 2025

A reabilitação urbana em Alcântara demanda uma abordagem integrada que articule conservação patrimonial, qualificação da paisagem e fortalecimento das condições de uso cotidiano. Entre as soluções orientadoras, destaca-se a necessidade de estruturação de um modelo de gestão contínua, capaz de planejar e monitorar intervenções em multiescalas, assegurando manutenção preventiva, recuperação de estruturas em risco e reativação de espaços subutilizados. Medidas de melhoria da mobilidade, especialmente a marítima, assim como a valorização das dinâmicas socioculturais locais devem ser tratadas como elementos centrais, de modo a promover usos compatíveis, apoiar a permanência das comunidades tradicionais e reverter o quadro de estagnação física e funcional.

Os resultados da análise também indicam a necessidade de uma mudança de paradigma nas políticas de preservação aplicadas a Alcântara. A paisagem histórica deve ser compreendida como um sistema multidimensional que envolve aspectos históricos, ambientais, sociais e culturais. Assim, a preservação do sítio histórico depende da implementação de políticas de conservação preventiva, do fortalecimento das condições de acessibilidade e mobilidade e da ampliação dos mecanismos de participação social nos processos de gestão patrimonial.

A integração entre patrimônio, turismo, cultura e desenvolvimento local mostra-se igualmente fundamental para consolidar um plano de futuro capaz de garantir a vitalidade da cidade. Tal perspectiva aproxima-se das abordagens contemporâneas de

planejamento urbano que defendem a construção de cidades centradas nas pessoas, nas quais o espaço urbano é concebido a partir das experiências e necessidades de seus habitantes.

Sem a adoção de medidas estruturantes dessa natureza em escala territorial, a paisagem de Alcântara tende a permanecer marcada por processos de deterioração progressiva quanto ao seu patrimônio edificado e de desigualdades e injustiças por seu isolamento e conflito socioeconômico. Nesse cenário, as ruínas deixam de representar apenas vestígios materiais do passado e passam a refletir também as fragilidades das políticas de gestão urbana e patrimonial. A perda do patrimônio, portanto, ultrapassa a dimensão física das edificações, implicando também o enfraquecimento da memória coletiva, da identidade cultural e das possibilidades de construção de um futuro mais justo e sustentável para a cidade. Para além do que se refere a base de lançamento de foguetes, é necessário investir em planejamento estratégico que envolva infraestrutura para a mobilidade, a reabilitação urbana e o desenvolvimento econômico das comunidades quilombolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da paisagem histórica de Alcântara revela uma contradição significativa entre o reconhecimento institucional de seu valor patrimonial e as condições efetivas de conservação e gestão do sítio histórico. Apesar de sua relevância no cenário nacional do patrimônio cultural, observa-se um quadro persistente de abandono, evidenciado pela presença de ruínas sem tratamento adequado, pela precariedade das condições de acessibilidade e pela fragilidade das políticas públicas voltadas à preservação e dinamização da área histórica.

Esse cenário indica que as intervenções realizadas ao longo do tempo têm ocorrido de forma pontual e desarticulada, sem constituir uma estratégia consistente de gestão territorial e patrimonial. Além disso, verifica-se que determinadas iniciativas priorizam projetos pouco conectados com as necessidades cotidianas da população local, o que contribui para ampliar o distanciamento entre as políticas patrimoniais e a realidade socioespacial da cidade. A ausência de uma gestão integrada, somada às vulnerabilidades socioambientais presentes na região, compromete não apenas a integridade do conjunto histórico, mas também a qualidade de vida das comunidades que habitam esse território.

Nesse contexto, a reabilitação urbana surge como um instrumento estratégico para enfrentar os desafios identificados na paisagem patrimonial de Alcântara. Os dados analisados apontam que a degradação do conjunto histórico está diretamente associada à descontinuidade das políticas públicas, à limitada infraestrutura de acessibilidade e ao relativo isolamento territorial da cidade. Tais fatores reforçam a necessidade de um plano de intervenção capaz de articular diferentes dimensões da gestão urbana e patrimonial.

A adoção de princípios de reabilitação urbana, integrando preservação do patrimônio, dinamização socioeconômica e participação social, apresenta-se como uma possibilidade concreta para reverter o quadro atual. Essa abordagem permite compreender o patrimônio não apenas como objeto de conservação material, mas como elemento estruturante da vida urbana, capaz de gerar oportunidades culturais, econômicas e sociais para a população local. Nesse sentido, estratégias de intervenção devem buscar compatibilizar a preservação das memórias construídas com as demandas contemporâneas da cidade, criando condições para um desenvolvimento territorial mais equilibrado e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, Luiz Phelipe (2006). **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sobre o enfoque da conservação urbana integrada**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco MDU. Dissertação de Mestrado
- CORBOZ, André. El Territorio como Palimpsesto. in RAMOS, Ángel Martin. **Lo urbano en 20 autores contemporáneos**. Barcelona, Ediciones UPC: 2004 [1983].
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2014 [1982].
- CULLEN, Gordon. **A paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010 [1971].
- FADIGAS, Leonel. **Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem**. Lisboa: Edições Sílabo. 2011.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2ª ed.- São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LACERDA, Norma *et al.* **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.
- LEAL, Cláudia Feierabend Baeta (Org.). **As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent**. Rio de Janeiro: IPHAN, CoPEDoC, 2008.
- LOPES, Flávio e CORREIA, Miguel Brito. **Património arquitectónico e arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais**, Livros Horizonte, Lisboa, 2004.
- MARANHÃO (Estado). Agência Executiva Metropolitana da Grande São Luís. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Grande São Luís: Diagnóstico Temático e Macrozoneamento Integrado: Versão para Consultas Públicas**. São Luís, 2024. Disponível em: www.agem.ma.gov.br. Acesso em: 6 dez. 2025.
- RUY, Aline Tessarolo; ALMEIDA, Renata Hermann de. **Museificação territorial: fundamentos de um conceito**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 22, p. e202026, 2020.
- SILVA, Carolina Maria de Araujo Martins. **Leitura morfotipológica do centro histórico de Alcântara (Maranhão, Brasil)**. Contributos para a sua salvaguarda e valorização. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora, 2006.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara – No seu passado econômico, social e político**, 3ª ed., AML/ALUMAR, São Luís, 1999.
- _____. **História do Comércio no Maranhão (1612-1895)**, 2ª ed., Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1954.
- ZANCHETI, Silvio; LAPA, Tomás. Conservação Integrada: Evolução conceitual. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio – **Plano de Gestão da conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. ISBN 978-85-98747-19-4